



CIEA7 #7:

MODERNIDADES, MARGINALIZAÇÃO E VIOLÊNCIA: ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E AFIRMAÇÃO DOS JOVENS EM CABO VERDE E GUINÉ-BISSAU.

Miguel de Barros^o

debarros.miguel@gmail.com

Associativismo juvenil enquanto estratégia de integração social:

o caso da Guiné-Bissau

Na Guiné-Bissau, o ímpeto associativo juvenil coincidiu com a institucionalização das reivindicações sindicais, transformando estes actores e as suas organizações numa massa de defesa de novas formas de integração social, o que teve como impacto a integração de grupos de jovens excluídos e em vias de marginalização em Associações, resultado de uma má interpretação do conceito da liberalização política pelo Estado. A inquietude social perante os problemas e necessidades sociais dos jovens e a vontade pela transformação da realidade, foram bases que os assistiram, associado a existência duma forte motivação pelo trabalho comunitário. Este facto obrigou o governo pela primeira vez a ensaiar a elaboração duma política nacional de juventude. Mas a institucionalização precoce do movimento reivindicativo juvenil teve um carácter reflexivo inibidor, pois, contribuiu para obstaculizar a formação de verdadeiros movimentos sociais, assistindo-se a uma degradação do ímpeto inicial, transformando-as num espaço de disputas, monotonias, alienação político-partidária. Esta comunicação visa perceber em que medida esses jovens conseguiram construir bases para a sua integração na sociedade, sem perder de vista o empoderamento das suas estruturas e dos seus membros, e por outro lado, contribuir para o bem-estar social.

Jovens, Associações Juvenis, Integração Social.

^o INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas.

INTRODUÇÃO

A emergência do pluralismo político na Guiné-Bissau favoreceu uma explosão de formas de organização social, desde os partidos políticos, sindicatos livres e independentes, passando pelos agrupamentos de cariz económico-empresarial 'autónomas' até às organizações não governamentais e associações de base local e comunitária... resultado de um longo e doloroso processo de mudanças na relação entre o Estado e a Sociedade, fruto da própria natureza do partido único que transformava a mobilização numa participação controlada e dirigida, favorecendo (ou não) ensaios sobre alternativas face aos poderes constituídos e a nível da evolução histórica, estudar movimentos de massas e a sua reconfiguração de acordo com dinâmicas que vão produzindo (Fernandes, 1993; Augel e Cardoso, 1996; Koudawo e Mendy 1996; Monteiro, 1996; Barros et al, 2006; BM, 2009).

Neste contexto, os jovens¹ aparecem numa dinâmica, enquanto produtos e produtores dos contextos nos quais se encontram, que na perspectiva de Honwana e De Boeck, (2000: 5-11), constituem uma força social emergente e parte integrante da configuração das sociedades, que não pode ser negligenciada na compreensão das mudanças que estas sociedades passam. Segundo Barros (Barros, 2009a:2), terá sido por volta da década de 60, ainda no período colonial, que a juventude começou a emergir na Guiné-Bissau como questão política, na clandestinidade, e através de agrupamentos musicais. Mas é após a liberalização política, que se transformou num objecto de consciência social, chamando a atenção para questões de educação, formação, emprego, profissionalização, saúde e participação política.

Ao mesmo tempo que se constatava a tendência crescente de organizações de jovens com várias iniciativas em diferentes domínios de actividades², os estudos científicos sobre a juventude na Guiné-Bissau são muito recentes e datam da segunda metade deste milénio (Bordonaro, 2006; Vigh, 2006; Roque e Cardoso, 2008). Não obstante, as reflexões sobre os jovens ocorrem associadas à análise dos problemas sociais, onde estes são vistos como produtores de fenómenos de anomia social e de marginalização. Mas em 2009, uma pesquisa independente dedicada aos movimentos

¹ A Juventude, é uma categoria socialmente construída e (re)formulada em contextos sociais, económicos e políticos específicos. Uma categoria sujeita a modificar-se ao longo do tempo, produto de complexo processo de construção social (PAIS, 1996).

² As associações juvenis estão inseridas numa dinâmica de crescimento, sendo que desde o início da sua criação, o número das associações juvenis organizadas não param de crescer ao nível nacional e segundo a base de dados do Conselho Nacional de Juventude em 2009, são mais de duas dezenas e meia, em dezanove anos de democracia (CNJ, 2010) e independentemente das opiniões favoráveis ou não, continua está na ordem do dia um discurso público que apela para a mobilização dos jovens para melhor participarem no desenvolvimento do país e combater a delinquência.

associativos juvenis na Guiné-Bissau (Barros, 2009a) e um estudo de caso sobre as representações sociais dos jovens face à instabilidade e violência político-militar no país³, contribuíram para o (re)lançamento do debate à volta dos problemas da sociedade guineense que afectam os jovens e de que modo estes se (re)organizam para os seu enfrentarem.

Contudo, o presente artigo privilegia assim uma análise dinâmica do papel desempenhado pelas associações juvenis num contexto de fragilidades, contingências e mudanças inacabadas, sem deixar de perceber as evoluções ocorridas nas suas formas de organização e acção ao longo destes anos (em especial no período da vigência democrática à actualidade) e as motivações para a participação dos jovens nesse processo. Através de um acumular de conhecimento e acompanhamento das actividades das associações (formações, seminários, intercâmbios) e redes (assistência técnica para a planificação e monitorização de programas), espera-se trazer para a reflexão a importância do papel (explícito e implícito) de um actor que representa 51% da população, sendo que destes 80% são considerados pobres (PNUD, 2007: 11).

É dentro deste quadro, que o estudo das associações juvenis enquanto estratégia de integração social dos jovens, mesmo que estas não sejam reconhecidas como alternativas, se torna pertinente, incluindo a compreensão dos seus mecanismos de funcionamento e o seu alcance. Tendo em conta que num contexto como a Guiné-Bissau, em que existe uma diferenciação estrutural à medida que a sociedade se desenvolve (ou não), aparecem novas formas de organização que assumem funções geradoras de integração e de mobilidade social visto que os indivíduos não só planificam o que vão fazer, como também o que querem ser.

A PROCURA DE UMA TEORIA DOS GRUPOS SOCIAIS ENQUANTO ESTRUTURAS INTEGRADORAS

Segundo o processo interpretativo de Maclouf (in Storbel, 1996:204), o processo da organização da vida social evolui em dois planos complementares: o da socialização ou participação nas estruturas integradoras e incorporação das normas sociais, e o da sociabilidade, correspondente a uma participação e troca dentro de grupos restritos (Monteiro, 2004). Aplicado ao universo associativo, Jacques Ion

³ Uma iniciativa do agrupamento juvenil Geração Nova da Tiniguena, realizada no âmbito do seu Vº Fórum anual.

(1997:26) defende que as próprias organizações associativas revelam ao mesmo tempo o princípio societário e o princípio comunitário, porquanto são o resultado de um contrato voluntário entre indivíduos, enquanto em muitos aspectos funcionam como comunidades de pertença identitária e de envolvimento ilimitado.

Ora, o debate em torno das motivações da constituição das associações tem sido baseado à volta de dois eixos, sendo um de cunho conceptual e o outro de cunho militante. No primeiro eixo, Mancur Olson (1998: 2-8), defende que a orientação do grupo associativo para a acção social assenta num acordo baseado em motivações racionais e centrado em afectos pessoais e relações. Esta tese é reforçada por Weber (1974: 318), afirmando que uma organização continua a existir mesmo após ter deixado de ter interesse, apenas porque se trata do ganha-pão de um único elemento. Não obstante a isso, Olson ressalva que, não é de facto verdade, que a ideia de que os grupos agem em seu próprio interesse seja uma consequência lógica da premissa do comportamento individual racional e em benefício próprio. Ainda que todos os indivíduos num grupo sejam racionais e egoístas, não é o facto de todos beneficiarem da concretização do objectivo do grupo que os leva a agir de forma a atingir esse objectivo.

No eixo militante, emergido nos países do Sul, postula-se que as associações nascem de interesses e necessidades individuais, de pessoas que se juntam e organizam em torno de objectivos comuns, expressando e articulando necessidades e interesses sociais, constituindo espaços que favorecem a coesão social, a comunicação e as relações interpessoais. Destacam-se pelas capacidades de reunir e organizar grupos humanos (o grupo é mais que a soma das partes), de fortalecer as relações pessoais e de estimular a autoajuda. A esse conjunto de indivíduos, grupos e organizações juvenis dá-se o nome de movimento social juvenil (Mesquita, 2005).

Já distante desse debate, autores como Monteiro (2004: 37-38), afirmam que a tese de Habermas contribui igualmente para recuperar as experiências da sociabilidade como fundamento da integração social, à semelhança do que já o próprio Simmel advogara, mais além das noções funcionalistas e de socialização primária e secundária no fulcro de qualquer definição dos mecanismos de integração social. Deste modo, na sociedade actual, as experiências subjectivas de carácter mais ou menos esporádico porque passam os indivíduos a entabular relações de proximidade que configuram grupos de amigos, clubes, associações, redes, é interpretada como

um contributo fundamental à recriação de laços sociais e manutenção da coesão social.

Segundo Barthelemy (2002: 68), o facto associativo desenvolve-se melhor onde duas condições estão reunidas: por um lado, a dissolução relativa dos grupos primários de sociabilidade; e por outro, uma insuficiente integração social que predispõe os actores sociais a formarem agrupamentos especializados e que permitem aos indivíduos identificarem-se num determinado espaço sociogeográfico. Daí que neste trabalho, as associações juvenis são analisadas numa perspectiva de grupos⁴ de jovens organizados, que possui diversidade, pluralidade e heterogeneidade na sua composição, acção e resultados que favorecem a integração dos seus membros. Reconhecendo-se que a integração simbólica dos indivíduos se exprime pelo seu reconhecimento do lugar que ocupam no seio do sistema e da utilidade social que preenchem nesse sistema. Ela exprime-se também pela nossa adesão a normas colectivas, a um projecto social partilhado (ou não) que permite projectar-se no futuro.

Hoje, há um aumento progressivo de organizações juvenis que impulsionam, fomentam e fortalecem o movimento juvenil⁵. Podem transformar-se numa rede de diferentes grupos, dispersos, fragmentados, imersos na vida diária. São um laboratório no qual novos modelos culturais, formas de relacionamento, pontos de vista alternativos são testados e colocados em prática. Estas redes emergem somente de modo esporádico em resposta a problemas específicos.

Porém, chama-se a atenção, para certos aspectos da sua acção, que sinalizam um problema relacionado não somente com as suas próprias condições de vida, mas também com os meios de produção, distribuição de recursos e de significados. Os jovens mobilizam-se para retomar o controlo sobre as suas próprias acções, exigindo o direito de se definirem a si mesmos contra os critérios de identificação impostos de “fora”, contra sistemas de regulação que penetram na área da “natureza interna” (Melucci, 1997: 13).

⁴ O grupo tem uma identidade, algo simbólico, que é compartilhado por todos os seus integrantes e que permite que os membros se auto-reconheçam como parte de um colectivo (ROCHA, 2005: 1).

⁵ É quase um denominador comum em Africa as associações criadas serem mais numerosas nas cidades ou nos grandes centros urbanos. Mesmo para o caso de associações que obtêm a sua legitimidade no apoio a estratos desfavorecidos da juventude rural, são os jovens urbanos que vão às aldeias para implementer tais actividades e/ou jovens rurais que se encontram a estudar nas cidades.

Corroborando as teses de Monteiro (2004: 117-118), torna-se legítimo então, questionar até que ponto uma outra lógica de mobilização colectiva, não apenas orientada por um modelo de integração sistémica Estado-Mercado, mas crescentemente fundada na articulação tripartida entre esses dois pólos e a sociedade civil, encerram em si condições propiciadoras a uma renovação dos mecanismos de integração social e de estruturação de laços sociais fundamentais que ligam o indivíduo aos grupos e sociedades de pertença?

Nesta base, se a integração de uma ordem institucional só pode ser entendida em termos do “conhecimento” que os membros têm dela, tal conhecimento constitui a dinâmica motivadora da conduta identitária e institucionalizada (membro de uma associação). Assim, a identidade é um elemento-chave da realidade subjectiva e como tal a objectiva é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Aqui a associação é uma espécie de vitrine dos próprios jovens perante a sociedade e para cada actividade realizada, eles são apreciados e valorizados e ganham alguma visibilidade em relação à colectividade, transformando deste modo a associação num espaço de formação do capital simbólico⁶. Este capital simbólico baseia-se no reconhecimento e na reputação (Bourdieu, 1994, p. 160).

Contudo, torna-se fundamental perceber como a juventude traz o inovador, o diferente, o contraditório e o complexo à sociedade. Daí que, a discussão deste conceito deve também ser feita de maneira inovadora, diferente, contraditória, complexa e sem perder de vista quer o dinamismo da sociedade quer o dos próprios jovens e dos grupos aos quais pertencem.

A EMERGÊNCIA E EVOLUÇÃO DA TEMÁTICA DA JUVENTUDE NA SOCIEDADE GUINEENSE

As condições da emergência das acções colectivas implica fazer o inventário das oportunidades políticas que permitem que uma acção colectiva seja possível e também as circunstâncias diversas que terão fornecido o quadro das possibilidades para que tal acção ocorra. No contexto da análise das organizações isto significa

⁶ Embora não constitua pretensão deste trabalho, seria importante estudar as trajetórias e os percursos dos principais dirigentes associativos ou dirigentes das associações juvenis guineenses de modo a conhecer e compreender de que modo esse capital simbólico foi (re)produzido, utilizado e quais foram os seus efeitos e impactos dentro e fora das associações juvenis, servindo de um conhecimento útil de questionamento deste processo.

distinguir o papel desempenhado pelos factores contextuais e pontuais, pelas condições internacionais, nacionais e locais (Sardan, 1998: 23-27).

No estudo sobre os movimentos de emancipação juvenil na Guiné-Bissau, Barros (2009: 6-7) afirma que a adesão à democracia em 1991 teve implicações profundas nas estruturas de socialização da acção juvenil. Do ponto de vista político, o facto do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), perder o estatuto de Força, Luz e Guia do Povo, implicou o fim da cadeia de “domesticação” dos espíritos que começava com a adesão e passagem pelos dois ramos dos pioneiros (Flor de Setembro e Abel Djassi) até a Juventude Africana Amílcar Cabral – JAAC, por um lado. Por outro, em termos curriculares, através de um despacho ministerial da tutela, foi extinta nos liceus, a disciplina de Formação Militante⁷, dando lugar à Educação Social, visando a promoção dos valores associados aos direitos e deveres com o enfoque na participação cidadã num contexto de vigência democrática.

Deixando de existir uma forma de organização dos jovens, as mensagens veiculadas pela nova disciplina foram apropriadas rapidamente pelos jovens, sobretudo na capital - Bissau. Já nos inícios de 1992, surgiram os primeiros grupos juvenis nos liceus como a AJAS – Associação Juvenil para a Acção Social e ADAJ – Associação para o Desenvolvimento da Acção Juvenil, e de seguida, a Associação Jovens Unidos, com alguns dos seus principais membros pertencentes aos sectores religiosos (jovens católicos que frequentavam o Liceu João XIII).

Em contraponto, as mudanças operadas no *curriculum* não tinham correspondência nas estruturas escolares e muito menos na prática dos responsáveis dos liceus e docentes. Como consequência, a incipiente manifestação juvenil superou o contexto escolar e saiu para os bairros populares nos quais residiam os seus membros, predominantemente masculino. Nesta fase, mais do que ter perdido a capacidade de (re)orientar a juventude, o Estado sentiu-se desobrigado face aos jovens. Este facto não só constituiu resultado de uma má interpretação do conceito da liberalização política, mas trata-se sobretudo daquilo que foram as consequências do

⁷ De orientação nacionalista e patriótica, introduzida no período pós-independência recuperando a matriz da OPAC- Organização Política e Administrativa da Nação.

impacto de uma visão errática de aplicação das medidas do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) no sector educativo⁸.

Estes factos consolidaram o desengajamento do Estado e uma consequente transferência de certos custos escolares para as famílias, aumentando assim as disparidades sociais. Tudo isto sob pretexto de ajustar a economia, no entanto desajustando as relações familiares e agudizando o seu nível de empobrecimento. O estudo do impacto do PAE na Família (Cardoso e Imbali, 1996: 203-239), chamou a atenção para a tendência ao arrebatamento da função educativa\pedagógica da instituição Família pela instituição Escola, sem que no entanto esta última estivesse em condições de a exercer convenientemente, e o risco de esvaziar simultaneamente a capacidade de acção dos dois campos, pondo em causa a função da autoridade moral. Os esforços para reestruturar a economia guineense em favor da economia de livre mercado tiveram, até à realização das primeiras eleições presidenciais e legislativas em 1994, pouco impacto sobre a profunda crise de desenvolvimento que desde há muito o país atravessava (Koudawo, 1996: 47).

Foi assim que em 1994, a sociedade guineense foi agitada com uma grande manifestação pública em os grupos de estudantes dos Liceus Agostinho Neto e Kwame N'krumah, protestaram em solidariedade com os professores devido às sucessivas greves nas escolas públicas por falta de pagamento dos salários aos professores. Os manifestantes foram repelidos pelos agentes de segurança e deste modo ganhando grande impacto na mobilização de estudantes de outros liceus da capital, jovens em geral e nos *Média*, ficando as escolas encerradas durante uma semana até o governo garantir o pagamento dos salários aos professores e a não retaliação aos grevistas. Este acontecimento contribuiu para despoletar a atenção sobre problemas da juventude, como também constituiu um marco no despertar da consciência dos jovens sobre o seu papel na sociedade guineense.

Nota-se que este ímpeto do associativismo juvenil coincidiu com a fase da institucionalização das reivindicações sindicais, transformando estes actores (sindicalistas) e as suas organizações numa massa de defesa de novas formas de integração social. Isso teve como impacto a marginalização de indivíduos e de grupos, particularmente de jovens desempregados e integrantes de um sistema de ensino, incapaz de transmitir confiança no presente e no futuro. Ou seja, com o

⁸ Para maior aprofundamento do debate e análise deste processo, ver: Huco Monteiro e Geraldo Martins (1996), Os Efeitos do PAE na Educação, in Monteiro, I. (coord.), O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau: Análise dos Efeitos Socio-Economicos, INEP, Bissau, p. 117-2002.

reaparecimento do fenómeno greve, num contexto de grande combatividade e crescente mobilização sindical na sociedade guineense, em especial do Sindidato Nacional dos Professores – SINAPROF, as acções do governo concentraram-se mais em estancar os conflitos laborais para não perder a popularidade e o poder, ficando os os jovens sujeitos a grandes dificuldades na transição para a independência económica e conseqüentemente para a vida adulta, não sendo capazes de atingir as expectativas pré-estabelecidas pela sociedade, tal como casar-se e constituir sua própria família.

Como consequência, na maior parte das vezes, os jovens não são vistos como protagonistas da produção económica, social e cultural, e assim, tendem a estimular a “extensão do período da juventude” em casa dos pais e familiares, mesmo quando eles próprios já são pais e mães (Barros, 2009b:19). Esta dependência dos jovens face à solidariedade das suas famílias maternas ou paternas tem vindo a enfraquecer-se, devido à precariedade de vida, contribuindo de forma cada vez mais intensa para o aumento da migração interna e externa, a exemplo do que se observa ao nível da sub-região - a marginalização económica e social de um vasto número da população jovem ajuda a aumentar a tensão entre gerações (Mbembe, 1985; Chigunta, 2002; PNUD, 2006; BM, 2009; Bordonaro, 2009).

Subjugados à prova do contexto, com as famílias em situação de incapacidade para garantir a educação desejada e sem oportunidades para a inserção académica e emprego no país, houve uma maior possibilidade para os jovens na capital desencadearem acções de reestruturação da ocupação dos seus tempos livres e simultaneamente levar a cabo uma manifestação passiva⁹ dos seus problemas a uma sociedade com um forte cariz de controle comunitário. Foi assim que as associações juvenis ganharam corpo e espaço, mas nos primeiros cinco anos sem ganharem o reconhecimento desejado. Esta fórmula era propícia para equacionar o “problema da participação juvenil”, que emergiu como reflexo de uma conceptualização de carácter “instrumental”, fundamentada na “educação para o trabalho”; trabalho para a consecução de uma cidadania, a qual, tanto as famílias como os poderes públicos, não percebiam muito bem a sua essência prática, pois não se traduzia em empregos e

⁹ De uma outra forma, seria quase que impossível, visto que depois da participação dos jovens e estudantes na manifestação de solidariedade aos professores quase que todos os jovens que estavam nas lideranças das direcções das associações, foram intimados pelas famílias a tomarem o cuidado de não participar em manifestações e reuniões de associações, pois foi dito a estas (famílias) que os filhos ou sobrinhos estavam a perturbar a ordem social, correndo o risco de serem presos. Ou seja, as práticas e hábitos do partido único, ainda estavam vivas sem se aperceber da mudança do contexto, olhando para as questões da participação como ameaça ao poder político.

geração de rendimento para estes e pior ainda, eram capazes de se manifestar na rua e algumas vezes obrigados a despender o pouco dinheiro que tinham para patrocinar as suas actividades.

Raramente as problematizações que se fizeram da participação juvenil nessa fase, questionaram os sentidos atribuídos pelos jovens inseridos nestas associações sobre a sua condição perante o estado do Estado. Foram nas vicissitudes do contexto sócioeconómico e político, muitas das vezes crítico e incerto, que as associações juvenis conseguiram recriar sociabilidades, reinventar-se e solidificar-se enquanto actores, transformando-se em espaços de aprendizagem, permitindo aos jovens a aquisição de um sentido de utilidade, experiência e cultura de diálogo e tolerância (Barros, 2009b: 23). Estes resultados introduzem na análise sobre a pobreza e exclusão social a ideia de que este produto de construção social, é não só o resultado de um processo de deriva face a uma integração normativa e funcional que passa essencialmente pelo emprego, mas igualmente o reflexo da evolução na relação entre o indivíduo e as instituições da acção social.

Não obstante a um quadro jurídico desactualizado, a dinâmica das associações juvenis teve o seu maior impacto no período pós-conflito político militar de 1998-99, quer em termos quantitativos como qualitativos, devido à desestruturação quase completa do Estado. Associações e grupos juvenis de várias índoles (solidariedade, ambientais, de bairros, de escolas secundárias, cultural, desportivo, género...) como a ASA – Associação para a Solidariedade e Acção, a GNT – Geração Nova da Tiniguena, AJOCUB – Associação de Jovens de Cupelum de Baixo, AJOB – Associação de Jovens para o Bem-estar Social, Movimento Cultural Conexão RODA LIVRE, AJUDEC – Associação de Jovens para o Desenvolvimento da Cultura e Desporto, AJF – Associação Juvenil Feminina, etc., contribuíram decisivamente para a mudança nas representações sociais sobre os jovens e o seu papel na sociedade guineense, revelando uma notável capacidade de adaptação à difícil situação sócio-político e militar, desenvolvendo uma ampla acção nos domínios de higiene e saneamento urbano, acção cultural, reforço da participação, acção cívica e cidadã ao nível local e nacional (Barros, 2009a: 9).

Essa nova dinâmica contribuiu para a criação e reforço do carácter associativo de organizações como a Rede Nacional das Associações Juvenis – RENAJ, visando a promoção e uma maior participação cívica dos jovens no processo de desenvolvimento do país, o Fórum Nacional da Juventude e População – FNJP, com

enfoque na área de saúde reprodutiva, luta contra a VIH/Sida e e igualdade de género, e a Confederação Nacional de Estudantes da Guiné-Bissau (CONAEGUIB), contando todas estas estruturas federadores com representações ao nível das regiões administrativas do país. Estes movimentos eram caracterizadas pelo entusiasmo, inquietude social, consciencialização perante os problemas e necessidades sociais, vontade de compromisso pela melhoria e transformação da realidade, enquanto bases poderosas que lhes assistiam, associados à existência de uma forte motivação, a adesão das raparigas nas associações e grupos (secundarizadas nas lideranças e que levou à criação da Associação Juvenil Feminina - AJF), sentido de responsabilidade pelo trabalho comunitário que desempenham, a consecução dos objectivos e metas que se propõem. Todos estes factores obrigaram o governo pela primeira a vez a ensaiar a elaboração duma política nacional de juventude, mas que não chegou a ser adoptada devido à instabilidade política e governativa.

Se é verdade que ao nível da Sociedade Civil, o sector onde o movimento associativo conheceu uma maior vitalidade foi o das associações de jovens (e agrupamentos de mulheres), este processo foi descontínuo devido a factores de várias ordens, podendo-se destacar os seguintes aspectos: do ponto de vista da estratégia individual, ou seja, muitos jovens encaram a sua participação na vida associativa como um meio para mais rapidamente terem acesso a uma bolsa de estudo ou ganharem alguma projecção social (i.e. aparecimentos públicos, visitas de intercâmbio, missões de serviço, e até postos no governo); em termos de estratégias para acesso aos fundos, o fomento do associativismo ligado a filosofias de projectos dos doadores que privilegiam o trabalho directo com os grupos sociais legalmente constituídos fez disparar o número das associações de jovens, quer na capital como nas zonas rurais do interior do país, esvaziando as associações da sua agenda prioritária, condicionando deste modo o que realmente querem e podem fazer e ainda favoreceu uma forte apropriação das iniciativas e absorção dos financiamentos que deviam ser canalizados pelas redes às associações de base.

Ao nível da parceria entre as organizações federadoras, a existência de rivalidades (até à actualidade) entre as duas principais organizações federadoras das associações, o CNJ e a RENAJ, devido à ausência de uma política nacional em relação à juventude¹⁰, mas também condicionada pela corrida aos fundos de

¹⁰ A diferença entre as duas redes reside, apenas no facto de que a CNJ é uma rede que nasceu das estruturas do governo, enquanto que a RENAJ é uma emanação da sociedade civil. Ambas defendem os interesses da juventude e advogam uma filosofia que coloca os jovens no centro do desenvolvimento

funcionamento e desenvolvimento de actividades; do ponto de vista político, tem-se verificado uma crescente recuperação do trabalho das associações pelos partidos políticos¹¹ associada à reprodução dos modelos de luta político-partidária no interior das associações e redes, chegando alguns casos à barra da justiça e encerramento de sedes de redes e associações por ordem judicial, tal como os partidos; ao nível de *accountability*, tem-se verificado uma ausência de cultura de prestação de contas ao nível destas organizações, mas querendo todos beneficiar das suas acções, reproduzindo o padrão cultural nacional e simultaneamente a falta de pagamento das quotizações por parte dos membros.

Entretanto, o principal elemento que veio demonstrar de facto a debilidade, a falência e a extemporaneidade deste modelo enquanto a principal alternativa integradora dos jovens guineenses, foi o nascimento das universidades em finais da primeira metade de 2000, que transformou e transportou o palco da acção juvenil para associações académicas, verificando-se uma reconfiguração do dinamismo associativo para associações académicas. Os principais dirigentes associativos e os membros ingressaram no ensino superior e fizeram-se membros das associações académicas, como por exemplo, Associação de Estudantes (AE) de Faculdade de Direito, Associação de Estudantes da Universidade Colinas de Boé, Associação de Estudantes da Universidade Amílcar Cabral, levando consigo as experiências e aprendizagens, mas também expectativas de uma nova forma de participação e liderança.

Foi assim que se organizaram entre 2004-2007, actividades conjuntas entre todas as AEs nacionais, com destaque para excursões, onde conseguem mobilizar não só os estudantes no país e no estrangeiro, especialistas, entidades do governo local, como as próprias redes juvenis para discutir e propor medidas que favoreciam o desenvolvimento do ensino superior, a sua democratização no acesso, os serviços necessários para a acção social e ainda a sua ligação com as empresas e a sociedade em geral. Em contra-ponto, se os responsáveis das instituições do ensino superior não conseguiram definir e desenvolver estratégias duradoiras que permitissem incorporar

económico e social da Guiné. Nesta base, e tendo em conta as perspectivas de uma participação acrescida dos jovens no processo da governação democrática existe toda uma necessidade de se definir estratégias de colaboração e parceria positiva entre as duas redes, no fundo, papel que compete ao Instituto da Juventude (Handem, 2008).

¹¹ Um outro elemento de referência são as juventudes partidárias que em diferentes momentos de campanha eleitoral desenvolvem acções de carácter esporádico ganhando algum protagonismo nos Media, mas que na sua generalidade, não constituem de facto antenas dos partidos para penetrar os jovens. Contudo, será necessária uma pesquisa mais aprofundada sobre as 'J' na Guiné-Bissau, algo que até agora não tem merecido atenção da academia.

as propostas das AEs de modo a estimular o investimento dos estudantes na vida académica e estudantil, o problema foi, o facto dos sucessivos governos agravarem o seu desengajamento no ensino, e principalmente, no ensino superior e reforçar a ideia de que a Universidade ainda não constitui um projecto de sociedade na Guiné-Bissau. Neste momento não há nenhum estudante bolsheiro do Estado guineense a estudar nas universidades nacionais, como também não existe nenhuma universidade pública e biblioteca no país, factos que concorrem para a descredibilização das Universidades¹².

Concomitantemente, num contexto nacional muito complicado, que inclui uma crise económica, a falta de emprego e alternativas credíveis para os jovens, o fenómeno do narcotráfico, estando este modelo associativo inoperacional e desajustado face aos desafios juvenis, coloca os jovens numa situação de grande vulnerabilidade e tentação. Com efeito, Biza (2009: 389) refere que uma das características fundamentais das dinâmicas associativas, é que a entrada nas associações é encarada como uma etapa essencial para a inserção profissional dos jovens. Para estes, cuja maioria não está diplomada, ou está a seguir os estudos, a entrada nas associações pode ser determinante para o futuro individual, constituindo uma espécie de trampolim para uma vida profissional. Neste contexto, engajar-se numa associação representa uma oportunidade de encontrar um emprego e/ou lutar contra o desemprego que afecta esta categoria social.

Ainda este autor sustenta que, num contexto em que o Estado se desengaja cada vez mais das suas responsabilidades sociais, o desafio da procura de um meio profissional faz da entrada na associação, um mecanismo de passagem de uma atitude passiva, de espera de um futuro melhor dado, para uma atitude activa, de conquista e criação. Daí que, no caso da Guiné-Bissau, ao identificar a incapacidade (ou resistência) do Estado em apropriar-se das dinâmicas endógenas e exógenas da criação de emprego e geração de renda para os jovens, associado a um fechamento preconceituoso da sociedade sobre o estatuto da condição de jovem¹³, tem obstaculizado aquilo que seria a superação do modelo de associativismo juvenil como

¹² Tem-se verificado muitas desistências e abandono nas Universidades por parte dos alunos como também de professores levando ao encerramento de cursos sem concluir o ciclo normal de produção de uma licenciatura.

¹³ Um facto ilustrativo desta cultura, aconteceu com um grupo de jovens estudantes e bolsheiros em Cuba que ao regressar ao país nos anos 90, foram enviados para vários ministérios onde as possibilidades da sua acção eram quase nulas. No Ministério da Agricultura, saiu um grupo de agrónomos que durante anos se tentaram organizar autonomamente, mas que foram obstaculizados e várias vezes. Neste momento, este grupo de jovens quadros conseguiu montar uma cooperativa agrícola e de prestação de serviços de referência no país, mas foram precisos uma década de persistência.

uma das principais formas de integração dos jovens na Guiné-Bissau, contribuindo para a manutenção do status-quo dominante. Como consequência, tem-se verificado o cúmulo de na maior parte das vezes que o país recebe um grupo de jovens recém-licenciados não importa a área de saber e competência, a primeira acção passa a ser constituir uma associação de cariz social, solidária e voluntária, e depois, ir a procura de para o seu funcionamento!

Assim, ao tornar-se num espaço de socialização pelo trabalho sem deter capacidades e recursos que lhe permitam jogar esse papel, as associações estão a ser contornadas duma forma crescente, sobretudo nas zonas urbanas nos últimos três anos, por um fenómeno batizado por “Bancadas”, constituído essencialmente por jovens do sexo masculino e na sua maior parte desempregados. Embora não sejam conhecidos estudos aprofundados sobre o espaço social e as dinâmicas das bancas, o surgimento deste fenómeno não só vem demonstrar a falta de capacidade de recriação de uma agenda e acção juvenil capaz de ir ao encontro dos anseios dos jovens, mas também, uma certa apatia dos próprios jovens face às inércias demonstradas pela sociedade perante as suas inquietações e propostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar que, a dinâmica do movimento associativo juvenil guineense permite afirmar que as associações têm revelado ser um importante factor de desenvolvimento pessoal mas também um imprescindível motor da mobilização juvenil para a sua inserção sócio-cultural na Guiné-Bissau. Em consonância com estas abordagens, a reflexão distancia-se do ponto de vista simplista e generalizado que vê nos jovens actores passivos e vítimas da manipulação dos adultos e da sociedade, mas concebe-os como actores agenciadores com possibilidades de criar espaços de engajamento e agir enquanto indivíduos ou grupos para assegurar a sua participação e a sua legitimação a partir da leitura e consideração que fazem da sua experiência social e dos constrangimentos aos quais se confrontam no quotidiano (Honwana e DE Boeck, 2000, p. 5-11).

As associações constituem, por um lado, escolas de cidadania, espaços de participação, de trabalho em equipa, de aprendizagem contínua. Por outro, contribuem para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, defendendo os interesses dos jovens especialmente daqueles em situação de desvantagem social, colaborando na resolução de necessidades sociais concretas e gerando, com originalidade, propostas

novas e alternativas de melhoria das comunidades (Barros, 2009a: 11). Acreditando-se nas virtudes emancipadoras da adesão e participação em associações, poder-se-ia inferir que a entrada dos jovens do sexo feminino nas associações poderia deste modo servir de canal para contornar as regras de funcionamento da sociedade global (Biza, 2009: 386). Aqui, nota-se que ao associativismo transformou-se num espaço de produção de mobilidade social, papel jogado pela escola noutras sociedades e contextos.

Todavia, a institucionalização precoce do movimento reivindicativo juvenil teve um carácter reflexivo inibidor na medida que, foram aplicados vários modelos descontínuos e inacabados sob o pretexto de acesso aos fundos dos doadores, assentes num espírito de activismo e voluntarismo, contribuindo para obstaculizar a formação de verdadeiros movimentos sociais, dando sinais de perda da sua integração na organização social e o desempoderamento das suas estruturas. Nesta base, a acção colectiva e os processos de mobilização são, segundo uma lógica idêntica, concebidos como espaços de prossecução dos interesses individuais, num contexto de concertação e as organizações que daí resultam como estruturas mobilizadoras de interesses, recursos, oportunidades e estratégias obedecendo a um cálculo custo-benefício (Monteiro, 2004: 118- 119).

A singularidade de apoio à execução com sucesso de projectos a algumas associações contribuiu para que estas conseguissem realizar aquilo que o Biza (2009: 390) designa função de “espaço de evasão”, residindo não só na oferta de actividades de entretenimento e lazer (como o desporto), mas também nas viagens que são efectuadas entre associados. São viagens que para além de que seriam insuportáveis a título pessoal, elas permitem aos jovens sair do seu enclave social e geográfico, o que lhes permite ao mesmo tempo alargar o seu repertório de experiências e ter novas referências para se orientar na vida (são conhecidos a mobilização nacional em torno das semanas de juventude, campos de férias, escolas e universidades anuais de voluntariado e juventude, respectivamente).

Na actualidade, a compreensão que se tem é de uma mutação simbólica e prática do papel das associações em contextos de fragilidades, como na Guiné-Bissau, o que tem favorecido, de algum modo, o desenvolvimento de actividades criativas de emprego remunerado, assim como profissões e ofícios dos quais os próprios jovens se tornam o público-alvo. Por outro lado, é nas associações que se pode transmitir o saber fazer, constituindo um lugar privilegiado de aprendizagem,

através de programas de formação e de capacitação oferecidos por instituições parceiras (seminários e debates inclusos), que estimulam, de certa maneira, as vocações e o sentido para o trabalho. Isto é o produto daquilo que Sainsaulieu (1996A) sustenta como elementos de experiência que contribuem para que a socialização pelo e para o trabalho sejam ainda centrais, não só porque o trabalho dá meios financeiros e materiais a partir dos quais se pode assegurar a nossa reprodução social, mas também porque o trabalho é a fonte de poder, reconhecimento, posicionamento social e independência pessoal dos jovens em relação aos outros. Estes factos permitem concluir que, as Universidades na Guiné-Bissau, não constituem na actualidade um espaço decisivo na construção do Homem novo, nem contribuem para a construção e produção de conhecimento para as questões centrais da economia e da política nacional.

BIBLIOGRAFIA

- Augel, J. & Cardoso, C. (1996), *A transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios*, INEP, Bissau;
- Banco Mundial (2009), "República da Guiné-Bissau: Revisão dos Sectores Sociais", in *Desenvolvimento Humano II Região da África*, Documento N.º: 444427-GW, Dakar;
- Barros, M. (2009a), *Os Movimentos de Emancipação Juvenil na Guiné-Bissau: Dinâmicas, Percursos e Trajectórias*
- Barros, M. (2009b), "Construir a Paz em Tempos de (In)Estabilidade: Juventude Face à Violência na Guiné-Bissau" *GERAÇÃO NOVA DA TINIGUENA*
- Barros et All (2006), *A Evolução Política Recente na Guiné-Bissau: as eleições, os conflitos, o desenvolvimento e a sociedade civil*, CESA-ISEG, Lisboa;
- Barthelemy, M. (2002), *Associations, une nouvelle âge de participation sociale?* Paris: Presses de Science Po;
- Bidart, C. (1999), *Se lier et s'orienter: relations, réseaux, passages. Agora-Débats Jeunesses*, Paris, v. 17, p. 7-17;
- Biza, A. (2009), *Jovens e Associações em Moçambique: motivações e dinâmicas actuais*, in *Saúde Soc. São Paulo*, v.18, n.3, p.382-394;
- Bourdieu, P. (1994), *Raisons pratiques: sur la théorie de l'action*. Paris: Seuil;
- Bordonaro, L. (2006), *Living at the Margins. Youth and Modernity in the Bijagó Islands (Guinea-Bissau)*, Lisbon, ISCTE, Department of Anthropology;
- Bordonaro, L. (2009), "Sai fora: youth, disconnectedness and aspiration to mobility in the Bijagó Islands", in *Etnográfica*, Lisboa, p. 125-144;
- Cabral, A. (1974), *Guiné-Bissau, nação africana forjada na luta, Afrontamento*, Porto;
- Cardoso, C. (1995), *A transição política na Guiné-Bissau: um parto difícil*, em *Lusotopie. Transitions libérales en Afrique Lusophone*, Karthala, Paris;
- Cardoso, C., Augel, J. (eds.) *Guiné-Bissau 20 anos de independência: desenvolvimento e democracia. Balanços e perspectivas*, INEP, Bissau;
- Chigunta, F. (2002), "The Socio-Economic Situation of Youth in Africa: Problems, Prospects and Options", Working Paper, SSA;
- Comaroff, J. e J. (2000), "Réflexions sur la Jeunesse - Du passé à la postcolonie", in *Politique Africaine*, N.º 80, Université du Chicago;
- de Boeck, F. e Honwana, A. (2000), "Faire et défaire la société: enfants, jeunes et politique en Afrique", in *Politique Africaine*, n.º 80, Décembre;
- Fernandes, R. (1993), *Partido único e poderes tradicionais*, Soronda, n.º 16, INEP, Bissau;
- Galli, R. (1989), *Estado e Sociedade na Guiné-Bissau*, Soronda: *Revista de Estudos Guineenses* 8: 87-10, INEP, Bissau;
- Habermas, J. (1984), *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Edições Tempo Brasileiro;

- Handem, A. (2008), *Análise Institucional das Organizações da Sociedade Civil na Guiné-Bissau*, Projecto No Na Tisi No Futuro, IMVF, Lisboa;
- Ion, J. (1997), *La Fin des Militants?*, Paris, Les Éditions de l'Atelier;
- Ion, J. Ravon, B. (1998), *Causes Publiques, Affranchissement des Appartenances et Engagement Personnel, Lien Social et Politiques*, N° 39, Printemps, p.59-71;
- Koudawo, F. e Mendy, P. (eds.) (1996), *Pluralismo Político na Guiné-Bissau: uma transição em curso*, INEP, Bissau;
- Mbembe, A. (1985), *Les jeunes et l'ordre politique en Afrique Noire*, Paris: L'Harmattan;
- Melucci, A. (1989), *Nomads of the Present: Social Movements and Individual Needs in Contemporary Society*, Temple University Press, Filadélfia;
- Monteiro, I. (Coord.) (1996), *O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau: Analise dos Efeitos Socio-Economicos*, INEP, Bissau;
- Monteiro, A. (2004), *Associativismo e Novos Laços em Rede*, 1ª Ed, OPL, Quarteto, Coimbra;
- Moya, J. (2003), "Ciudadanía y juventud: el dilema entre la integración social y la diversidad cultural", *Última Década*, 19, Viña del Mar;
- Obershall, A. (1973), *Social Conflict and Social Movements*, Prentice-Hall, New York;
- Olson, M. (1998), *A Lógica da Acção Colectiva: bens públicos e teoria dos grupos*, Celta, Oeiras;
- PNUD (2007), *Relatório do Desenvolvimento Humano 2006*, PNUD, Bissau;
- Rudebeck, L. (2004). *Democratization and 'Civil society' in a West African Village*, Uppsala: Collegium for Development Studies, University of Uppsala;
- Sen, A. (2003), *O Desenvolvimento como Liberdades*, Gradiva, Lisboa;
- Storbel, P. (1996), *De la pauvreté à la exclusion: société salariale ou société des droits de l'homme?*, *revue de internationale des sciences sociales*, n° 148, p.201-218;
- Pais, J. M. (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates: Jovens, Trabalho e Futuro*, Âmbar, Porto;
- Pais, J. M. (1993), *Culturas Juvenis, ICS, JOVENS E CIDADANIA*, Lisboa;
- Olivier de Sardan, J.-P. *Ce que pourrait être un programme de recherche sur les ONG*. In : Deler, J.-P. et al. *ONG et développement: société, économie, politique*. Paris : Karthala, 1988. p. 23-7;
- Olson, M. (1998), *A Logica da Acção Colectiva: Bens Publicos e Teoria dos Grupos*, Celta, Oeiras;
- Rector, M. (1994), *A Fala dos Jovens, Vozes*, Petrópolis;
- Roque, S. e CARDOSO, K. (2008), *Por que razoes os jovens se mobilizam... ou nao? Jovens e violencia em Bissau e na Cidade da Praia*, NEP-UC, Codesria, 12º Assembleia Geral;
- Laville, J. L.; Sainsaulieu, R. (1997), *Sociologie de l'association. Des organisations à l'épreuve du changement social*. Paris: Desclée de Brouwer;
- Touraine, A. (1984), *O retorno do Actor: ensaio sobre a sociologia*, Instituto Piaget, Lisboa;
- Vigh, H. (2006), *Navigating terrains of war: Youth soldiering in Guinea-Bissau*, Oxford, Berghahn Books;
- Weber, M. (1974), *Theory of Social and Economic Organization*, Oxford University Press, New York.